



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**Visita do Grupo de Trabalho da Educação  
Especial à CERCICA - Cooperativa para a  
Educação e Reabilitação de Cidadãos  
Inadaptados de Cascais**

**RELATÓRIO**

---

**09.abril.2013**



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### **OBJETIVO DA VISITA**

---

Conhecer o trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito do apoio especializado às crianças, jovens e adultos, e proceder ao levantamento dos principais problemas e das dificuldades, bem como das experiências em curso, tendo em vista a avaliação da legislação aprovada em 2008, na área da Educação Especial.

### **PROGRAMA DA VISITA**

---

- 09h30** Saída da Assembleia da República
- 10h00** Reunião de trabalho com a direção, com representantes dos pais e dos profissionais e com outros parceiros sócio educativos
- Visita às instalações da CERCICA
- Morada** Rua Principal, nº 320 – Livramento  
2765-383 Estoril

### **DELEGAÇÃO DE DEPUTADOS**

---

- |                               |                |
|-------------------------------|----------------|
| Deputada Margarida Almeida    | - Coordenadora |
| Deputada Maria Manuela Tender | - PSD          |
| Deputado João Prata           | - PSD          |
| Deputado Jacinto Serrão       | - PS           |
| Deputada Rita Rato            | - PCP          |

### **SÍNTESE DA VISITA**

---

Para além da direção da [CERCICA](#), estiveram presentes na reunião o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Carreiras, a vereadora para a Educação, Cultura e Europa 20-20, Dra. Ana Clara Justino, um membro da direção da FENACERCI, Dr. Joaquim Pequicho, vários representantes dos pais e encarregados de educação, professores, técnicos e outros parceiros sócio educativos.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Diretora-Geral da CERCICA, Dra. Rosa Neto, e o Diretor do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), Dr. Rui Jorge, fizeram uma breve apresentação da instituição, que nasceu em 1976, para promover, de forma sustentada e num contexto profissional de excelência, a qualidade de vida e a inclusão das pessoas com deficiência intelectual e incapacidades, posicionando-se como parceiro estratégico para as famílias, entidades públicas, empregadores e outros atores sociais.

Referiram-se aos vários serviços que prestam à população, em termos de recursos para a comunidade, respostas sociais e respostas empreendedoras, e que se sintetizam nos mapas abaixo:

RECURSOS PARA A COMUNIDADE	INÍCIO	OBJETIVO/ DESTINATÁRIOS	Nº
Educação Especial	1976	Promover terapias e apoio escolar a crianças e jovens com NEE, dos 6 aos 18 anos (em Centro)	9
Centro de Recursos do Centro de Emprego	2001	Destina-se a jovens, com 16 anos ou mais anos, com deficiência intelectual, para Orientação profissional, Apoio à Colocação ou Acompanhamento Pós-Colocação	51   74
Centro de Recursos para a Inclusão + Intervenção Precoce	2008	Promover, nas escolas, os meios técnicos e os recursos humanos especializados facilitadores do desenvolvimento das crianças e jovens com NEE	230 (CRI) 30   65 (IP)

RESPOSTAS SOCIAIS	INÍCIO	OBJETIVO/ DESTINATÁRIOS	Nº
Formação Profissional	1990	Oferece cursos de Formação Profissional Inicial a jovens, com 16 anos ou mais anos, com deficiência intelectual e autonomia nas atividades de vida diária	117   110
Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)	1995	Promove atividades ocupacionais e laborais destinadas a pessoas, maiores de 16 anos, com deficiência intelectual e um elevado grau de dependência	105   118
Unidades Residenciais	1998	Clientes da CERCICA que necessitam do apoio de uma unidade residencial	16   37
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	1999	Prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a pessoas com deficiência e/ou incapacidades com vista a satisfazer as suas necessidades funcionais, instrumentais e de reabilitação, contribuindo para a sua autonomia e qualidade de vida.	60   106; média mensal: 72

RESPOSTAS EMPREENDEDORAS	INÍCIO	OBJETIVO/ DESTINATÁRIOS
CerPlant	2002	Produzir plantas, projetar, construir e manter espaços verdes, com sustentabilidade económica e ambiental, contribuindo para a inserção de pessoas com deficiência intelectual e incapacidades e/ou em risco.
Núcleo Terapêutico e de Atividade Motora (NTAM)	2004	Desenvolver intervenções terapêuticas, lúdico-recreativas, de promoção da saúde e da condição física a pessoas com deficiência intelectual e/ou incapacidades, bem como ao público em geral, contribuindo para a sua qualidade de vida e plena cidadania.
Editora CERCICA	2007	Promover a edição de conteúdos educativos e lúdicos acessíveis a todos os públicos, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Para além dos 207 colaboradores e 10 coordenadores, a CERCICA conta com 70 parceiros e 44 voluntários para atender a cerca de 4.666 utilizadores e 1.745 famílias.

O Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) tem tido um impacto crescente ao nível do número de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) inseridos no ensino regular abrangidos pelos apoios técnicos especializados (Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Fisioterapia). O quadro abaixo dá conta da variação de clientes que usufruíram dos serviços prestados pelo CRI entre 2009 e 2013, bem como do corte do financiamento no presente ano letivo, que rondou os 80.000 €.

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Nº de alunos com apoios	190	225 (+35 alunos; +18%)	230 (+5 alunos; 2%)	180 (-50 alunos; -22%)
Financiamento atribuído pelo ME	259.605€	259.605€ (=)	259.605€ (=)	179.605€ (-80.000€; -31%)

Fizeram ainda referência ao resultado do estudo de avaliação da satisfação 2011/2012, junto das famílias e dos parceiros, face aos serviços prestados pelo CRI, tendo sido apontados os seguintes aspetos:

	<b>Positivos</b>	<b>A melhorar</b>
<b>Famílias</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Equipa competente, acessível e disponível, apesar da escassez de recursos;</li><li>• Evolução nas aprendizagens dos clientes e em diversas áreas (comportamental, verbal, emocional);</li><li>• Relação existente técnico-aluno.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Maior articulação e comunicação com os pais ao longo do ano letivo (reuniões no final de cada período);</li><li>• Maior nº de sessões/horas;</li><li>• Maior intervenção na escola;</li><li>• Ações de sensibilização/formação por parte dos técnicos do CRI aos professores de forma a adequar estratégias de intervenção;</li><li>• Reduzir a rotatividade dos técnicos CRI/aluno na mudança dos anos letivos.</li></ul>
<b>Parceiros</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Equipa competente, acessível e disponível;</li><li>• Articulação/Comunicação CRI-professores;</li><li>• Qualidade da intervenção técnica;</li><li>• Evolução nas aquisições dos alunos;</li><li>• Fornecimento de estratégias de intervenção aos professores de forma a potenciar as aprendizagens dos alunos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Maior nº de sessões/horas por aluno;</li><li>• Maior nº de alunos apoiados;</li><li>• Maior nº de terapias por aluno;</li><li>• Existência de reuniões CRI-professores;</li><li>• Possibilidade de proporcionar, no decurso do ano letivo, apoios a alunos que não foram referenciados previamente.</li></ul>



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Apresentaram, por último, alguns dos constrangimentos com que se debatem e que, em suma, se apresentam:

- O Decreto-Lei n.º 3/2008 não contempla critérios para atribuição de horas aos apoios especializados e o Ministério da Educação e Ciência (MEC) não emanou orientações claras sobre os critérios a adotar para essa atribuição. Assim, questionam se não deverão ser os CRI e os Agrupamentos, mais conhecedores no terreno das reais necessidades destes alunos, a elaborar critérios. Consideram, por outro lado, que caso o MEC entenda que tem de ser a tutela a elaborá-los, deve fazê-lo antecipadamente e em colaboração com todos os intervenientes.
- O calendário dos Planos de Atividades (PA's) é desadequado em relação à planificação dos apoios - Os PA's são entregues em julho e a aprovação dos apoios ocorre em agosto/setembro)
- Não existe uma definição do nº máximo de apoios/alunos por técnico especializado.
- Não existe uma lista nominal fornecida pelo MEC dos alunos a apoiar;
- Não existe uma diretriz sobre os tempos de apoio a atribuir a cada aluno de acordo com a sua deficiência e/ou incapacidade.
- O corte substancial nos recursos disponíveis para este ano letivo levou à dispensa de vários técnicos especializados e à incapacidade para responder e apoiar um elevado número de alunos com NEE que ficaram sem apoios em TF, TO, Psicologia e Fisioterapia, o que provocou o descontentamento dos pais, e a insatisfação dos professores, para além, de prejudicar os alunos.

Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da Câmara de Cascais, que fez referência às competências, ao empenho, à dedicação e à paixão das pessoas que trabalham na CERCICA, procurando, desta forma, satisfazer, de uma forma eficiente, inúmeras necessidades do concelho.

Destacou as respostas empreendedoras desta instituição, que se cruzam com as políticas municipais, sublinhando que 90% das flores dos jardins do concelho são produzidas na CERCICA, o que traz claros benefícios para todos: os jardins têm hoje mais e melhores flores e a um custo mais reduzido. Fez ainda alusão ao envolvimento da CERCICA noutras iniciativas, como sejam o projeto das Hortas Comunitárias e a Editora, com capacidade de produção única a nível da Península Ibérica. Ainda no âmbito das respostas empreendedoras, referiu-se ao projeto da lavandaria, que se pretende que sirva as unidades hoteleiras do concelho, embora não esteja ainda concretizado. Por último, lamentou que a vontade, a competência e o talento das pessoas choquem com leis que são, na prática, inexequíveis.

A vereadora da Câmara Municipal de Cascais, Dra. Ana Clara Justino, referiu-se à ausência de diálogo por parte do Ministério da Educação e Ciência, que não permite qualquer articulação com os parceiros. Considerou ainda inaceitável que não sejam estabelecidos critérios para a atribuição de apoios aos alunos com NEE, que desconhecem como vai ser o seu percurso educativo e pedagógico e com que apoios podem contar.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Dr. Joaquim Pequicho (FENACERCI) afirmou que as preocupações e os constrangimentos apresentados pela direção da CERCICA correspondem, genericamente, aos problemas com que se debatem as 53 instituições que a FENACERCI representa a nível nacional. Fez ainda referência à assimetria de critérios, ao nível do Ministério da Educação e Ciência, que cria problemas do ponto de vista institucional.

A representante dos agrupamentos de escola da Área Pedagógica 10 referiu-se à inclusão dos alunos com NEE nas escolas de ensino regular como uma medida muito positiva, ao nível dos valores, pese embora não tenha sido acompanhada dos recursos adequados às necessidades dos alunos. Assim, considerou que a parceria com a CERCICA é preciosa para os agrupamentos, uma vez que os técnicos, que têm competência e experiência nesta área, desenvolvem um verdadeiro trabalho de equipa com os professores. Afirmou ainda que existem cerca de 800 alunos com NEE no concelho de Cascais e considerou que os CRI deveriam estar permanentemente nas escolas. Por último, manifestou a sua preocupação em relação ao alargamento da escolaridade obrigatória e à ausência de respostas para os jovens nos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO's).

Interveio, seguidamente, a mãe de uma criança autista, com 80% de incapacidade, e que não tem qualquer apoio do Estado. Elencou as várias diligências efetuadas junto dos serviços do Ministério da Educação e Ciência e considerou que a ausência de apoio terá consequências muito graves para as crianças que, não sendo apoiadas na altura devida, ficarão dependentes de subsídios para o resto da vida.

Seguiu-se a intervenção da mãe de uma aluna surda, que se referiu à falta de apoios na área da terapia da fala. Lembrando que é na infância que o ser humano dispõe de maior capacidade de adaptação, defendeu a necessidade de um apoio sério, competente e adequado.

A mãe de um jovem de 20 anos, com deficiência, lamentou a falta de respostas para os jovens nestas condições, afirmando que o seu filho se encontra em casa, na companhia de uma avó e sem qualquer apoio, por não ter conseguido colocação em qualquer instituição.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Margarida Almeida (Coordenadora do GT) que agradeceu a exposição, bem como as intervenções que se seguiram. Felicitou a direção da CERCICA pelo trabalho que desenvolve e os restantes parceiros, pelo empenho, interesse e vontade de colaborar com esta instituição. Considerou que o Decreto-Lei n.º 3/2008 introduziu melhorias na escola inclusiva, pese embora reconheça que subsistem alguns constrangimentos nas respostas às crianças e aos jovens. Destacou os problemas ao nível do instrumento de sinalização dos alunos (CIF), entendendo que deve ser complementado com outros, e ainda a necessidade de todos os professores terem formação na área da Educação Especial, como aliás resultou da recente Conferência organizada na Assembleia da República, sobre Formação Inicial e Contínua na área da Educação Especial. Por último, reconheceu a



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

necessidade de regulamentação dos CRI e, relativamente à Portaria n.º 275-A/2012, afirmou ter já alertado o Ministério da Educação e Ciência para a necessidade da sua revogação.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) felicitou a CERCICA pela multiplicidade de valências e serviços que disponibiliza aos alunos com NEE. Afirmou que os recursos materiais e humanos constituem o pilar da integração dessas crianças, pelo que considerou que o desrespeito pelo número máximo de alunos em turmas com alunos NEE, o reduzido número de psicólogos nas escolas, bem como a colocação tardia de técnicos corresponde a um enorme retrocesso. A este propósito, considerou urgente a abertura de concursos para a colocação efetiva de técnicos. Pronunciou-se em relação à Portaria n.º 275-A/2012, entendendo que deve ser revista, e considerou ainda que deverá ser apurado se os Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) são suficientes face à procura. Por último, fez referência à proposta de criação do Instituto Nacional da Educação Inclusiva, prevista no projeto de lei do PCP sobre o Regime Jurídico da Educação Especial, a quem competirá coordenar e monitorizar os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI).

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) manifestou o seu apreço em relação ao trabalho desenvolvido pela CERCICA. Referiu-se à bondade do Decreto-Lei n.º 3/2008, pese embora reconheça que carece de alguns ajustamentos, apontando a necessidade de regulamentação dos CRI. Referiu-se à Portaria n.º 275-A/2012 e à necessidade da sua revisão, por contrariar os princípios da escola inclusiva. Considerou ainda que, a pretexto da crise, estão a ser introduzidos cortes, cujas consequências serão irreparáveis para os alunos, para as famílias, mas também para a economia do País, para não falar dos problemas que suscitam do ponto de vista ético. Por fim, afirmou que vai procurar encetar alterações legislativas que procurem ultrapassar alguns dos constrangimentos apresentados.

A Sra. Deputada Manuela Tender (PSD) agradeceu a disponibilidade de todos os presentes e disse apreciar a forma como trabalham em rede, procurando, desta forma, encontrar soluções adequadas para os alunos com NEE. Defendeu ainda que as boas soluções só se conseguem através do diálogo, pelo que todos têm de estar implicados. Por último, fez referência às preocupações sociais do PSD em relação às matérias expostas e afirmou que terão consequências e implicações na apresentação de propostas concretas por parte do seu Grupo Parlamentar.

Após a reunião, a delegação de Deputados efetuou uma visita às instalações da CERCICA, tendo tido a oportunidade de conhecer, no terreno, algumas das suas múltiplas valências.

A documentação da visita encontra-se disponível na página do [Grupo de Trabalho](#), na internet.

Palácio de S. Bento, 09 de abril de 2013

A assessora da Comissão,  
*Cristina Tavares*